INCLUSÃO SOCIAL DO JOVEM: UMA REFLEXÃO ACERCA DO ESTATUTO DA JUVENTUDE.

Francilda Alcantara Mendes
Verônica Salgueiro do Nascimento

A juventude brasileira protagonizou o processo de redemocratização do país ao assumir papel de comando na luta contra a sombria época da ditadura militar brasileira, tanto através da luta armada como da produção cultural e protestos sociais.

Atualmente, porém a juventude brasileira parece estar sendo marcada por uma grande apatia e alienação em relação aos problemas sociais do país. Tal realidade indica que a falta de oportunidades, perspectiva de futuro, corrupção, baixa produção cultural e qualidade de vida podem estar impedindo os jovens de atuar e transformar a realidade social em que estão inseridos.

Chacon (2007) ao analisar a juventude do sertão nordestino afirma que “Os jovens, principalmente, parecem perdidos; querendo fugir de suas raízes, adotam rapidamente tudo que vem de fora, sem questionar.” Para Cavalcanti (2008) “muitos jovens estão afastados somente da política, e não necessariamente das causas sociais, reforçando a idéia de que o problema está no sistema e não necessariamente no jovem”.

A partir de 2003 diversos órgãos governamentais iniciaram muitos debates acerca dos direitos da juventude. Tal fato culminou em 2005 com a proposta pela câmara dos deputados do projeto do Estatuto da Juventude no intuito de valorização e inclusão social da juventude do país.

O estatuto definiu como jovens as pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos. Esse diploma legal indica uma valorização da juventude do país na medida em que possibilita o pleno exercício de sua cidadania, pois nesse diploma jurídico o jovem não é compreendido com um ser frágil e incapaz de tomar as rédeas de sua vida, mas sim como um ser autônomo, construtor da sociedade do amanhã e que deve discutir, formular e executar políticas de juventude no Brasil.

Os objetivos desse estudo consistem em analisar até que ponto é real a aparente alienação dos jovens brasileiros e de que forma o estatuto da juventude pode combatê-la permitindo a inclusão social do jovem.

A pesquisa exploratória e o levantamento bibliográfico a partir de dados obtidos por meio da leitura de dissertações, artigos, entrevistas e literatura específica sobre juventude e políticas públicas foram as metodologias empregadas e os resultados obtidos indicam que para que o jovem esteja efetivamente incluído na sociedade é necessário a melhoria de sua qualidade de vida, conscientização de seus problemas e necessidade de participação juvenil nas políticas públicas.

O projeto do estatuto da juventude ao positivar todas essas medidas na qualidade de direitos poderá contribuir de forma muito significativa para a inclusão e valorização do jovem à sociedade nacional, o que ao mesmo tempo poderá afastar a possibilidade de sua alienação.

Isso só será possível, no entanto se o Estado tomar medidas que garantam efetividade à lei e evitem que o estatuto tenha apenas existência jurídica ao invés de prática.

Palavras- chave: Estatuto da Juventude, Jovens, Inclusão.